

001 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO RIO
002 VERMELHO-----
003 DATA: 01 de Julho de 2021-----
004 HORA: 18 horas -----
005 LOCAL: Google meet (reunião com áudio gravado)-----
006 PAUTA: 1. Instalação dos trabalhos e verificação de quórum; 2. Aprovação da
007 Ordem do Dia; 3. Informes; 4. Pontos de convergência e conflitos na questão do
008 PAERVE e a Associação dos Remanescentes Quilombolas Vidal Martins 5.
009 Encaminhamentos e Encerramento.
010 -----
011 COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO: Adriana Dorcina Nunes (IMA/PAERVE), Rogério
012 Castro (IMA/PAERVE), Bianca Parizotto (convidada IMA/PAERVE), Camila Rico
013 (convidada PROJUR/IMA), Vera Waith (ECOSUL), Mariana Coutinho Heinnemann
014 (Floram), Alexandre Böck (FLORAM), Marinez Scherer (UFSC), Rogério Santos
015 da Costa (APP EBM Maria Conceição), César Ismar Schenini (UFECO), Karina
016 Signori (Instituto Crystal), Helena Jucelia Vidal de Oliveira (ARQVIMA), Odílio
017 Isidoro Vidal (ARQVIMA), Fábio Penna Espinelli (Instituto Çarakura), Renata
018 Bousfield (PMA), Marcelo Duarte (PMA), Andreia Maestri (Neim São João Batista),
019 Joani Justino Felix (ASM), Emerson Miranda (ASM), Mussio (Escoteiros do Brasil),
020 Cid Neto (FLORAM), Eleno Filho (convidado), Rodrigo T. S. (advogado, convidado
021 da Rede Nacional de Advogados Populares junto com serviço de assessoria
022 popular da UFSC), Luis Antônio Rodrigues ((Coletiva Bem Viver Floripa
023 (convidado), Fabrício Bogas Gastaldi (convidado), Felipe Ferreira Ferro
024 (convidado), Cláudia Tomaschewski (convidado), Cadu Fagundes (convidado),
025 Caroline Santana Figueredo (advogada mestranda UFSC, convidada), Leonardo
026 Medeiros Souza (convidado).
027 -----
028 DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO: Foi verificado o quórum, Adriana
029 (IMA/PAERVE) avisou sobre a gravação da ata para registro da reunião e para
030 facilitar a revisão. Está sendo gravada por áudio por celular, pois como estamos
031 utilizando o Google Meet gratuito, não dispomos do recurso de gravação. Adriana
032 (IMA/PAERVE) dá boas vindas a todos, pede a colaboração para que todos se
033 tratem com respeito. Agradeceu a presença da Helena da Associação dos
034 Remanescentes do Quilombo Vidal Martins (ARQVIMA) que estava afastada do
035 conselho, mas que é importante essa aproximação para melhorar o diálogo.
036 Adriana (IMA/PAERVE) agradeceu também a presença dos conselheiros e das
037 outras instituições convidadas que estão presentes. Deu boas vindas a Helena
038 (ARQVIMA) e passou a palavra para ela falar sobre esse momento. A internet da
039 Helena caiu, pois lá no Camping o sinal de internet é ruim. Adriana (IMA/PAERVE)
040 pergunta se está presente algum outro representante da ARQVIMA. Karina
041 (Instituto Crystal) informa que tem o seu Odílio. O Eleno (ARQVIMA) fala que
042 objetivo é conversar sobre os assuntos que interessam a ambas as partes.
043 Rogério (IMA/PAERVE) solicita para que todos coloquem o nome e a instituição,
044 no chat. Adriana (IMA/PAERVE) reforça que um dos objetivos da reunião é a
045 aproximação com o Quilombo Vidal, como foi solicitado pelo Luis (Coletiva Bem
046 Viver). Helena (ARQVIMA) explica que está com a internet ruim e tem perdido
047 algumas falas, mas gostaria de ouvir o conselho, querem dialogar pois é um
048 processo demorado na justiça, pois tem os recursos, cita o ICMBio com o
049 Quilombo de São Roque que criou o termo de cooperação através do diálogo e
050 dos conselhos. Adriana (IMA/PAERVE) reforça que como a Helena falou, o
051 processo é judicial, tem duas partes, o Estado e a Associação de Remanescentes
052 Quilombolas Vidal Martins, ARQVIMA, está no processo de reconhecimento do
053 território. Como informado na última reunião, o processo está em fase de

054 contestação e os prazos estão parados, porém não impede o diálogo. Adriana
055 (IMA/PAERVE) solicita para que conselheiros coloquem suas observações.
056 Helena (ARQVIMA) fala que IMA contestou e a contestação foi desconsiderada
057 pelo INCRA. Fala que parecer do INCRA deve ser disponibilizado para o conselho
058 para entender o processo. Adriana (IMA/PAERVE) reforça que o processo é
059 jurídico e as decisões vêm do estado. Ten. Renata (PMA) teve decisão que não foi
060 possibilitada a exploração do camping pela comunidade e paralelamente tem uma
061 decisão liminar para suspender o plano de manejo por questão de participação. A
062 ten. Renata (PMA) sugere que a comunidade traga ao conselho quais tipos de
063 serviços pretendem fazer para dialogarem. Helena (ARQVIMA) fala que o
064 Ministério Público Federal irá recorrer. Renata (PMA) fala que podemos focar na
065 reunião o que independe de reunião judicial, por exemplo a comunidade colocar
066 suas intenções, quais atividades pretende realizar, por quanto tempo, a ideia é
067 unir os esforços. César (UFECO) reforça que é uma reunião de conciliação e de
068 reaproximação com a comunidade. César (UFECO) concorda com a Helena na
069 necessidade da transparência, reforça que o Conselho necessita de informações
070 mais detalhadas. Adriana (IMA/PAERVE) informa que encaminhou a contestação
071 no email do conselho e a resposta do IMA foi semana passada e ainda não havia
072 tido reunião, é recente para a gestão também. César (UFECO) reforça que hoje a
073 advogada do IMA deveria falar para tomar ciência. Luis (Coletiva Bem Viver), fala
074 que na reunião anterior a advogada do IMA estava presente e fez fala, e nessa
075 reunião que Luis (Coletiva Bem Viver) sugeriu a retomada da comunidade nas
076 reuniões do conselho e pensa que houve prejuízo na reunião pela ausência da
077 advogada. Adriana lembra que quem acompanha o processo é o procurador do
078 estado, como na reunião passada a advogada do IMA trouxe as informações,
079 entenderam que hoje seria mais uma reunião de diálogo, pois não houveram
080 movimentações jurídicas novas. Rogério Costa (APM Maria Conceição) por
081 questão de ordem sugere que sejam feitas inscrições para fala com tempo de 3
082 minutos para cada pessoa. Rodrigo (Rede Nacional de Advogados Populares)
083 está assessorando a comunidade e gostaria de acrescentar algumas informações
084 para deixar o grupo mais inteirado de forma resumida, existem 3 ações civis
085 públicas que estão tramitando na justiça federal de Santa Catarina, os recursos
086 são julgados no TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4A região, com a sede em
087 Porto Alegre, dessas 3 ações civis públicas proferidas inúmeras decisões sobre
088 várias matérias, sobre o plano de manejo, sobre o atraso do INCRA no processo
089 administrativo de titulação e sobre o racismo institucional em relação a gestão do
090 camping, que também foi alvo de recurso. Em suma, é um conflito territorial, que é
091 um problema social gigante no Brasil. Relata dados que as comunidades que têm
092 certificado da fundação palmares, se continuar no ritmo atual serão concluídos
093 depois de 3.000, vão demorar mais de 1000 anos para as comunidades que têm
094 direito constitucional do território assegurarem seus direitos. Parte da demora é
095 pelos entraves colocados pelos entes do estado. Coloca que o IMA, desde 2007,
096 quando o parque foi criado, demorou mais de 13 anos para fazer o plano de
097 manejo, quando na lei deveria ter sido 5 anos após criação da UC. Aponta que
098 existem irregularidades na UC, como presença de espécies exóticas invasoras,
099 presença de instituições e iniciou o plano de manejo em um momento de conflito,
100 além da pandemia e pensa que nesse cenário não tem cabimento dar andamento
101 no plano de manejo. Helena (ARQVIMA) fala que se a reunião é para ouvir a
102 comunidade, não será em 3 minutos que vai conseguir se expressar, que pena
103 que estamos em pandemia, mas seria importante o conselho conhecer a história
104 do quilombo, que existem “fake news” que o quilombo quer fazer loteamento,
105 “resorts”, entender o que a comunidade está reivindicando. A proposta é trazer
106 uma melhoria para o meio ambiente junto com conselho, pois a comunidade vai
107 ganhar suas terras. Rodrigo (Rede Nacional de Advogados Populares) fala que

108 existe a preocupação sobre o que será feito no Parque Estadual do Rio Vermelho
109 e que pode compartilhar informações sobre experiências de gestão compartilhada
110 de comunidade quilombola e unidades de conservação. Coloca que não haverá
111 prejuízos para o parque aguardar para elaborar o plano de manejo, já que o
112 momento é conflituoso. Cita como exemplo de gestão compartilhada, a
113 comunidade quilombola de São Roque, no município de Praia Grande, próximo a
114 Aparados da Serra, tem experiência no litoral de São Paulo, no Vale do Ribeira,
115 mostrando a possibilidade de compartilhar o direito ambiental com o direito das
116 comunidades. Rodrigo (Rede Nacional de Advogados Populares) se colocou à
117 disposição de dúvidas processuais para os conselheiros. Adriana (IMA/PAERVE)
118 informa que convidou a advogada do IMA, conforme sugerido pelo Rodrigo (Rede
119 Nacional de Advogados Populares), Camila Ricco, para participar da reunião e
120 que ela está presente para dirimir algum esclarecimento. Camila (PROJUR/IMA)
121 informa que o processo administrativo está em fase de recurso. Rogério Castro
122 (IMA/PAERVE) diz que estamos se aprofundando na questão quilombola e
123 indígena em unidades de conservação e que em plano de manejo já temos
124 alguma experiência na construção de forma participativa. Acrescenta que o plano
125 de manejo foi elaborado de forma participativa, no contexto de pandemia, e que
126 buscou trazer para discussão os conflitos em que passa a unidade de
127 conservação, tentando buscar soluções e organizar estas ações, é um
128 instrumento de planejamento. A questão quilombola foi colocada no plano de
129 manejo dada a situação à época, e que é um processo contínuo de avaliação,
130 reavaliação e replanejamento, é um instrumento para propiciar encontro de
131 interesses e divergências. Quer deixar claro que a gestão do parque entende que
132 todos os entes que compõem a comunidade de entorno devem participar de todos
133 os seus aspectos e o conselho é a espaço democrático de discussão e que
134 ressalta ser muito importante a participação da Comunidade Vival Martins e a
135 questão de transparência é um ponto importantíssimo e que a questão se divide
136 em dois pontos, em esfera administrativa entre as instituições INCRA e IMA e em
137 uma esfera jurídica que tem seus trâmites e que a questão territorial é mais
138 complexa e sai do âmbito do IMA, indo para estado. A intenção do parque não é
139 nenhum conflito de reintegração de posse, porém o estado tem a incumbência de
140 abrir o processo e com o diálogo pode buscar soluções. Que ambas as partes
141 devem ceder para um ponto adequado de consenso. Karina (Instituto Crystal)
142 colocou nas oficinas do plano de manejo que independente da decisão judicial
143 sempre foi a favor de uma conciliação, pois esta vizinhança sempre irá existir.
144 Pergunta a advogada do IMA se realmente é uma obrigação do estado a
145 solicitação da reintegração de posse, pois como encaminhamento o Conselho
146 poderia pedir a revogação deste pedido de reintegração, pois não faz sentido esse
147 pedido antes da resposta do juiz da ocupação do parque. Independente da área
148 que for delimitada, é necessário buscar a conciliação. Luis (Coletiva Bem Viver)
149 reforça que no camping não tem acesso à banda larga de internet boa para
150 participar das reuniões. Parabenizou a Karina, do Instituto Crystal, pois realmente
151 a reintegração é um mecanismo, porém não é necessária. Questionou Rogério
152 (IMA/PAERVE) de como ajudar o quilombo para interagir com dignidade dentro do
153 conselho e ratifica a fala da Helena que o IMA não quis o diálogo. Rogério Costa
154 (APP Maria Conceição) reforça que a questão da sugestão do tempo é para
155 organizar o tempo, não para cercear o tempo dos atores. Fala que a questão
156 racial no Brasil e em Santa Catarina são especialmente complexas e que a
157 retomada do diálogo é importante para os atores. Diz que o estado são pessoas
158 que devem ser transparentes. Camila (IMA/PROJUR) fala que o parque é um bem
159 público e ao IMA cabe a gestão da unidade de conservação, dessa forma fica
160 obrigada a entrar com a reintegração, mas não é necessário que isso seja visto
161 como briga, o diálogo tem que existir mesmo com a existência da ação. São

162 questões de direitos, o IMA tem seus direitos e a comunidade também, não sendo
163 impeditivo para conversa. Caroline (advogada, mestrandanda da UFSC) lembra que o
164 plano de manejo foi elaborado em pandemia e a comunidade se encontra com
165 acesso precário virtual. O juiz suspendeu o plano de manejo em primeiro grau,
166 alegando que a discussão é sensível e gera desconfiança pelo cenário em que foi
167 elaborado o plano. Reforça que a comunidade, com RTID, não pode ficar fora do
168 plano de manejo. Considera que o plano não foi feito da forma correta. Joani
169 (ASM) ressalta que o plano de manejo não surgiu agora, é uma luta desde a
170 criação do parque, a comunidade estava cobrando o plano de manejo. Lembrou
171 também que é quilombola, da família da Sra Helena. Helena (ARQVIMA) pede
171 para Joani falar em nome da ASM, não como quilombola, pois não tem
172 legitimidade. Helena (ARQVIMA) reforça que não é para falar nem que é primo.
173 Joani (ASM) diz que mesmo sendo da família não tem acesso às informações e
174 que em nenhum momento falou que está falando em nome do quilombo. Helena
175 (ARQVIMA) fala que vai entrar com uma ação na justiça, não é para falar do
176 quilombo. Joani (ASM) reforça que quem começou com a questão do quilombo foi
177 ele e pede ao Rodrigo (Rede Nacional de Advogados Populares) os documentos
178 pois também quer ter acesso às informações da justiça. Helena (ARQVIMA)
179 responde que quando receberam o relatório antropológico pronto viu celeridade
180 no plano de manejo e que a Adriana e Rogério foram entregar um ofício com um
181 "link" e informa que respondeu que a Convenção 169 OIT fala que a comunidade
182 quilombola tem direito a uma consulta diferenciada, uma assembléia, que tem 30
183 dias para fazer a consulta à comunidade e depois colocar para o conselho. Que
184 como a pandemia, que muitas pessoas não teriam condição de participar, reforça
185 que tentou participar, tem "print" para provar, pois a internet estava caindo. A
186 justiça quer que a comunidade participe do plano de manejo de forma igualitária.
187 Nota que o jurídico conhece pouco do tema quilombola, que não cumpre a
188 convenção 169 e que tem agravo em 12 processos sem necessidade. Inclusive o
189 parque está guardado pela atuação do conselho. A convenção 169 diz que a
190 comunidade tem o direito de ocupar as terras e o estado tem obrigação de
191 proceder com a titulação da terra. O Relatório Antropológico e o RTID provam que
192 as terras são da comunidade. Querem construir no conselho com conciliação,
193 como na comunidade São Roque que inicialmente era bastante conflituosa com
194 ICMBio. Ressalta que precisam construir as casas e que os mais velhos podem
195 morrer antes de ter seu direito garantido, tem documentos históricos que têm
196 descendentes desde mil setecentos, comprovando vínculo com a terra, desde
197 sesmarias, mostrando a resistência dos quilombolas. A comunidade está aberta
198 ao diálogo e quer construir junto uma alternativa sustentável, que a comunidade
199 quer preservar o território. Aponta as instituições que não deveriam estar dentro
200 do parque como Estação da CASAN e hospital marinho. Fala da lanchonete, de
201 árvores centenárias utilizadas para construir o hospital marinho. Que o quilombo
202 não quer destruir. O INCRA pode fornecer por e-mail o relatório antropológico.
203 Adriana (IMA/PAERVE) responde que a CASAN tem representante dentro do
204 conselho, que presta serviço para sociedade e concorda que Lagoa está poluída e
205 serviço de saneamento sempre podem melhorar e ressalta que um problema que
206 pode estar ocorrendo são as residências sem tratamento de esgoto que chegam
207 seus efluentes nos rios e para Lagoa. Relata que estamos acompanhando o
208 Monitoramento do Rio Vermelho, junto com a universidade e da lagoa já tem
209 índices de oxigênio baixos faz bastante tempo. Sobre o CETAS, concorda que
210 estão dentro da unidade de conservação, e isso não é o ideal. Que muitas
211 instituições estão no parque antes da criação do parque e os cetras prestam
212 serviço para comunidade. Tudo isso tem encaminhamentos de adequações no
213 plano de manejo. E sobre as árvores, a autorização de supressão foi onde tinha
214 pinus, que todo processo foi acompanhado pelo IBAMA e profissionais da área.

215 Helena (ARQVIMA) reforça que a UFSC apontou no relatório poluição pela
216 CASAN e que tem provas que foram derrubadas árvores centenárias, que tem
217 fotos. Reforça que a construção do hospital marinho foi recente, após a criação do
218 parque. César (UFECO) reforça que hospital marinho foi construído após criação
219 do parque. Adriana (IMA/PAERVE) informa que foi considerado na época como
220 ampliação do CETAS, não como uma nova instalação. Alexandre Bock (FLORAM)
221 reforça que antes da gestão atual muita coisa foi feita sem acompanhamento do
222 conselho. Caroline (advogada convidada mestrando UFSC) considera a fala da
223 Helena bem produtiva e que espera encaminhar diálogo, que o plano de manejo
224 ser caracterizado como “às pressas” é interpretado sobre a atual conjuntura, que a
224 ação de reintegração de posse foi suspensa pela pandemia e o plano de manejo
225 foi feito sem respeitar o tempo de 30 dias da comunidade. A união e o estado tem
226 que respeitar a lei maior e que a constituição ratificou a OIT, então fica claro que
227 as terras quilombolas têm que ser tituladas. A partir do momento que tem RTID a
228 comunidade é quilombola e o que vai ser definido são suas dimensões. Rodrigo
229 (Rede Nacional de Advogados Populares) informa que vai tratar da maneira mais
230 transparente a questão processual e que indica solicitar aos órgãos. Informa que o
231 ITERPA, Instituto de Terras Estadual do Pará, foi o órgão que mais titulou terras
232 quilombolas. O Estado de Santa Catarina tem obrigação de titular e por decisão
233 política não cria instituto de terras e coloca empecilhos para titular, recorrendo na
234 justiça nos processos. Não se opõe à criação do plano de manejo, apenas quer
235 que seja participativo, que não é democrático apenas mandar o link da reunião. O
236 plano de manejo deve abordar todas as realidades sociais do território. A
237 comunidade recomenda que se espere para não incorrer em violação de direitos
238 humanos. Patrice (CASAN) informa que a CASAN foi instada pelo INCRA a se
239 manifestar e respondeu que não tinha nenhuma contestação a ser feita e sugerir
240 uma conciliação e que tem uma estação de tratamento que não consegue ser
241 retirada de lá. Todos os órgãos de fiscalização fiscalizaram a estação na Lagoa
242 depois do acidente e da barra da lagoa e que a Casan não se omite da
243 responsabilidade. O último laudo mostra que não foi a ETE que ocasionou a morte
244 dos peixes da lagoa. Se coloca à disposição para conversar das necessidades da
245 comunidade quanto ao saneamento. Helena (ARQVIMA) fala que Ministério
246 público solicita a retirada da ETE e que o quilombo pode entender necessária sua
247 retirada, mas que entende que pode ser aberto o diálogo. Questiona o porquê não
248 podem ser construídas as casas da comunidade quilombola, que são questão de
249 urgência, até que o processo se resolva, já que tem campo da polícia, escoteiros
250 e outras instituições dentro do parque.

251 **Encaminhamentos:** Luis (Coletiva Bem Viver - Ecosocialista) indica
252 encaminhamento de agenda com o IMA e garantir a participação real do quilombo
253 Vidal Martins no Plano de Manejo, já que ela não foi possível. Parabeniza a
254 CASAN pelo direcionamento administrativo de abrir o diálogo com quilombo.
255 Karina (Instituto Crystal) encaminha que comunidade quilombola junto com os
256 parceiros podem analisar o plano de manejo que foi elaborado e estudar esse
257 plano e verificar o que é consenso. Na próxima reunião do conselho pode ser
258 pauta essas observações da comunidade. Luis (Coletiva Bem Viver) pergunta
259 como pode garantir a participação real da comunidade para que seja efetiva, já
260 que atualmente a internet é ruim. Adriana (IMA/PAERVE) diz que essa pauta pode
261 ser levada na reunião agendada com o presidente do IMA e PROJUR. Rogério
262 Costa sugere 2 pessoas do conselho acompanhando e mais assessor jurídico.
263 Mussio (escoteiros) ofereceu o local para reunião presencial. Helena (ARQVIMA)
264 fala que foi restrito o número de pessoas para o quilombo e com a questão do
265 COVID foi dito que são duas pessoas do quilombo. Luis (Coletiva Bem Viver)
266 pede uma vaga para Dra Caroline (UFSC) ou Rodrigo (Rede Nacional de
267 Advogados Populares) para garantir alguém da assessoria jurídica. Adriana

268	(IMA/PAERVE) considera a reunião positiva. Alexandre Bock (FLORAM) reforça
269	que no início não se tinha o conhecimento da história do quilombo Vidal Martins e
270	que os conselheiros estão atentos e que os conselheiros podem dar sugestões
271	com a força da coletividade. Quando foi feito o plano de manejo não se sabia
272	exatamente a delimitação do território, mas que a intenção não era excluir o
273	quilombo.
274	Resumo:
275	1) Agenda de reunião com o presidente do IMA e PROJUR segunda-feira,
276	05/07/2022.
277	2) Solicitar ao presidente participação de assessoria jurídica para assessorar o
278	quilombo (Rodrigo - Rede Nacional de Advogados Populares ou Caroline -
279	mestranda UFSC).
280	3) Garantir a participação real do quilombo Vidal Martins no Plano de Manejo,
281	Comunidade estudar o plano e verificar o que é consenso – próxima reunião
282	avaliação do plano de manejo. Verificar com presidente do IMA possibilidade de
283	melhoria internet Camping.
284	4) Proposta de Reunião PRESENCIAL no Camping/Escoteiros/PAERVE, com os
285	conselheiros, cumprindo com as normas de segurança.
286	5) Conselho enviar carta para retirar reintegração de posse, para que não seja
287	efetivada. Não houve votação, porém os conselheiros presentes não se
288	manifestaram discordando dessa indicação de encaminhamento: Vera (ECOSUL),
289	Rogério (APM Maria Conceição), Rita (CONCAP), Karina (Instituto Crystal),
290	Mussio (escoteiros), Alexandre (FLORAM), Joani (ASM), Sid (FLORAM), César
291	(UFECO), Fábio Pena (Çarakura), Helena (Quilombo), Adriana (IMA/PAERVE)
292	
293	

Andrea de Oliveira
 ECOSUL. *[assinatura]*
 ESCOTEIROS DO BRASIL *[assinatura]*
 EBM Maria C. Nunes - *[assinatura]*
 César Tamar UFECO *[assinatura]*
 MARIANA C. HENNEMANN - FLORAM - *[assinatura]*